

CALENDÁRIO HISTÓRICO DA PESCA ARTESANAL DE ITACARÉ-BA

Data de submissão: 25/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Giovana Graminha Pinheiro

Universidade Federal do Sul da Bahia
Ilhéus-Bahia
<http://lattes.cnpq.br/9500497672227718>

Mara Lucia Agostini Valle

Universidade Federal do Sul da Bahia
Ilhéus-Bahia
<http://lattes.cnpq.br/2147370092945768>

RESUMO: A pesca é considerada uma das mais antigas e importantes fontes de alimento e renda para a humanidade. Acreditando que o manejo participativo com a sociedade seja a forma mais assegurada de garantir a sustentabilidade entre a biodiversidade, comunidade tradicional pesqueira e os ambientes aquáticos, esta pesquisa teve o objetivo de identificar acontecimentos históricos que colaboraram para o desenvolvimento da atividade pesqueira em Itacaré, BA, como forma de subsídio para o planejamento e a gestão da pesca artesanal em consonância com as necessidades da comunidade tradicional e o desenvolvimento sustentável. O presente estudo se caracteriza como descritivo-exploratório com abordagem de natureza quali-quantitativa na perspectiva

da etnometodologia utilizando métodos participativos como o calendário histórico e técnicas como observação direta e entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados 20 pescadores e pescadoras em três reuniões, além de servidores públicos municipais como secretário de meio ambiente e diretores distritais de meio ambiente e pesca. A junção de diferentes técnicas possibilitou a conexão de diferentes dados, despontando a dinâmica na qual a pesca foi desenvolvida e como ocorre atualmente. O estudo revelou que a comunidade exala grande conhecimento ecológico, riqueza cultural, tradição e oralidade da cultura pesqueira, possuindo alta resiliência e resistência diante de diversas situações agravantes. Diante de tais ameaças, os dados revelaram que a implementação da Reserva Extrativista Marinha (RESEX-Itacaré) é de extrema urgência para que a comunidade continue exercendo suas atividades tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Etnometodologia; Método Participativo; Gestão Ambiental; Reserva Extrativista;

HISTORICAL CALENDAR OF ARTISANAL FISHING IN ITACARÉ-BA

ABSTRACT: Fishing is considered one of the oldest and most important sources of food and income for humanity. Believing that participatory management with society is the most assured way to ensure sustainability between biodiversity, traditional fishing communities, and aquatic environments, this research aimed to identify historical events that contributed to the development of fishing activities in Itacaré, BA, as a basis for planning and managing artisanal fishing in alignment with the needs of the traditional community and sustainable development. This study is characterized as descriptive-exploratory with a qualitative-quantitative approach from an ethnomethodological perspective, using participatory methods such as the historical calendar and techniques such as direct observation and semi-structured interviews. A total of 20 fishermen and fisherwomen were interviewed in three meetings, along with municipal public servants such as the Secretary of the Environment and district directors of environment and fishing. The combination of different techniques allowed for the connection of various data, highlighting the dynamics in which fishing developed and how it currently takes place. The diagnosis revealed that the community possesses vast ecological knowledge, cultural richness, tradition, and oral history of the fishing culture, showing high resilience and resistance to various challenging situations. In light of these threats, the data revealed that the implementation of the Marine Extractive Reserve (RESEX-Itacaré) is of utmost urgency for the community to continue practicing its traditional activities.

KEYWORDS: Ethnomethodology; Participatory Method; Environmental Management; Extractive Reserve.

1 | INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira é praticada por milhares de anos, sendo que os mais antigos registros materiais da pesca no continente sul-americano remontam a 12 mil anos (Wagner; Silva, 2020). A grande variedade de ambientes ecológicos nos quais a pesca é realizada propiciou, ao longo do tempo, o surgimento de diferentes sistemas de pesca, produtos de uma co-evolução entre o meio natural, o conhecimento tradicional e as técnicas desenvolvidas pelos pescadores (Pasquotto, 2005).

Além de ser fonte de condições objetivas de subsistência, a pesca artesanal é reconhecida como um subsetor que se reveste de uma diversidade e riqueza cultural de importância mundial, visto que é uma atividade que reforça a manutenção de vínculos humanos por meio do conhecimento do mar, passado de geração a geração, onde grupos familiares afirmam sua identidade e aumentam sua afinidade (Oliveira; Silva, 2012, FAO 2017).

Nas décadas de 1950 e 1960, ocorreu um aumento da demanda mundial de pescados, conseqüentemente o setor pesqueiro demonstrou uma crescente evolução, modernizando frotas e fortalecendo o poder de pesca, resultando em um aumento acelerado da produção (Abdallah; Bacha, 1999; Ferreira; Jankowsky; Nordi, 2009; Silvino; Hazin, 2021). A Partir disso, a pesca passou a ser contemplada por diversas legislações brasileiras como o

Código de Pesca (Brasil, 1967), Seguro Defeso (Brasil, 2003), Lei Geral da Pesca (Brasil, 2009), entre outras.

Apesar de toda condição legal e todas as mudanças ocorridas com o passar dos anos, os pescadores artesanais ainda enfrentam dificuldades que interferem diariamente em sua atividade, tais como: a negação de direitos ainda não conquistados, a demarcação do território das águas por meio de unidades de conservação, especulação imobiliária, ineficiência de suporte financeiro pelos órgãos governamentais diante de desastres ambientais, poluição de recursos hídricos, condições ambientais diversas e mudanças climáticas, desemprego, e ausência de manejo participativo entre comunidade tradicional e órgãos governamentais (Silva, 1998; Pinto-Filho; Nobre; Mariano-Neto, 2020; Torres; Giannella, 2020; Félix-Silva; Oliveira; Bezerra, 2020; Silva; Schiavetti; Oliveira, 2021).

Diante das problemáticas enfrentadas, Silva (1998) apontou que pescadores artesanais desenvolveram estratégias e formas de resistência diante todas estas agressões sociais, ecológicas e culturais, de maneira que articularam seu conhecimento tradicional com novas tecnologias disponíveis, criando novas estratégias de sobrevivência e politizando a questão pesqueira, como a criação de colônias e sindicatos. Com isso, o objetivo deste estudo é identificar acontecimentos históricos que colaboraram para o desenvolvimento da atividade pesqueira em Itacaré, BA, como forma de subsídio para fomentar o planejamento e a gestão da pesca artesanal em consonância com as necessidades da comunidade tradicional e o desenvolvimento sustentável.

2 | ÁREA DE ESTUDO

O município de Itacaré localiza-se no litoral sul do estado da Bahia na região nordeste do Brasil, ocupando a área de 726,26 km² nas seguintes coordenadas: 14° 16' 36" S, e 38° 59' 56" O, e contando com 27.704 mil habitantes (IBGE, 2023). Sua sede é localizada em área urbana na margem sul da foz do Rio de Contas (Figura 1) e possui cerca de 22,5 Km de linha de costa, estendendo-se da desembocadura do Rio Piracanga, limite norte com o município de Maraú, até a foz do Rio Tijuípe, limite sul com o município de Uruçuca (Burda; Polette; Schiavetti, 2007).

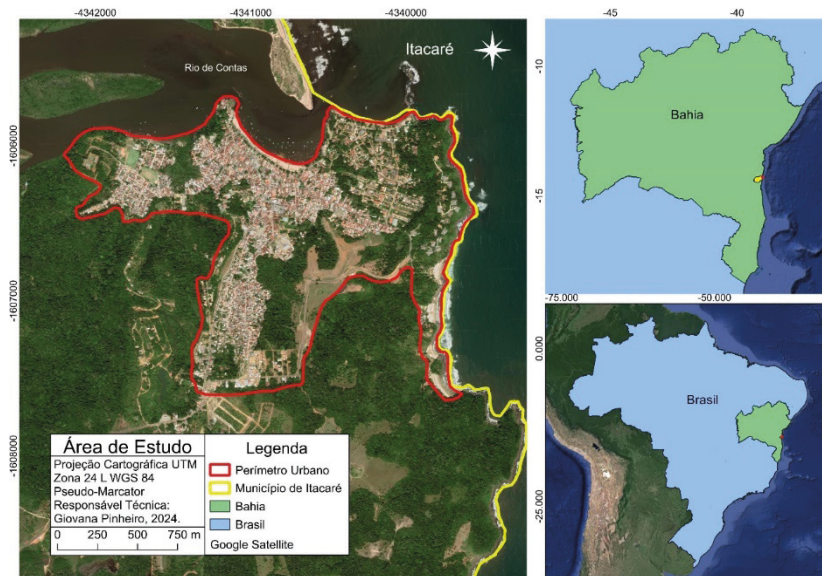


Figura 1 – Localização da área de estudo

Fonte: Giovana Pinheiro, 2024.

O Rio de Contas, que tem suas nascentes na Chapada Diamantina e sua foz na cidade de Itacaré, é um dos maiores rios da Bahia. Ao longo do seu curso são encontradas barragens, como as dos municípios de Jequié e Ubatã, trechos de corredeiras e cachoeiras de grande beleza cênica, contudo, o rio recebe a carga de efluentes de diversos municípios (Weigand Jr.; Lopes, 2001).

3 | METODOLOGIA

3.1 Calendário Histórico da Pesca Artesanal

O presente estudo se caracteriza como descritivo-exploratório com abordagem de natureza quali-quantitativa na perspectiva da etnometodologia. A coleta de dados dentro dessa perspectiva pode ser realizada por meio de diversos métodos e técnicas (Geilfus, 2002; De Boef; Thijssen, 2007; Verdejo, 2010; Bispo; Godoy, 2014; Ternoski; Costa; Menon, 2022). Para melhor análise dos acontecimentos históricos a metodologia escolhida foi o calendário histórico, contudo, as técnicas como observação direta, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas coletivas e individuais também foram utilizadas, o que proporcionou a inserção de assuntos e questionamentos no ato da interação com a comunidade.

Os calendários permitem analisar todos os aspectos de uma comunidade relacionados ao tempo, auxiliando aos seus membros a visualização de mudanças ocorridas no passado da comunidade, sendo útil para iniciar uma avaliação participativa e colocando uma diversidade de assuntos em um contexto histórico (De Boef; Thijssen,

2007). Esse tipo de metodologia representa as sucessões históricas, com as mudanças que estas causaram no sistema de produção e/ou ambiente em um tempo predeterminado, possibilitando visualizar fatos, experiências e mudanças que influíram de forma decisiva sobre o desenvolvimento comunitário e o uso de recursos naturais (Verdejo, 2010).

Para a elaboração de um calendário histórico, é necessário a reunião e/ou entrevistas com membros da comunidade que possam descrever sucessões históricas, quanto maior a diversidade de pessoas, mais sucessões históricas poderão ser incorporadas (Verdejo, 2010). Diante disso, foram entrevistados 20 pescadores e pescadoras artesanais em três reuniões realizadas no bairro Forte (Figura 2). A escolha do ambiente da reunião se deu devido a facilidade de contato com os pescadores e pescadoras neste local e cada reunião durou cerca de duas horas. Durante essas reuniões, diversos outros pescadores que embarcavam e desembarcavam de seus barcos também contribuíram com informações relevantes.

Além das reuniões com os pescadores, entrevistas semiestruturadas de maneira individual também foram realizadas na prefeitura com o Secretário de Meio Ambiente, Diretor distrital de Meio Ambiente e Diretora distrital de Pesca. A escolha do local foi devido ao local de trabalho dos servidores e cada entrevista durou cerca de uma hora e meia. Uma última entrevista individual também foi realizada com o presidente da colônia de pescadores Z-18, na sede da colônia em Itacaré. A escolha do local foi devido ao seu local de trabalho e esta entrevista durou cerca de 20 minutos.

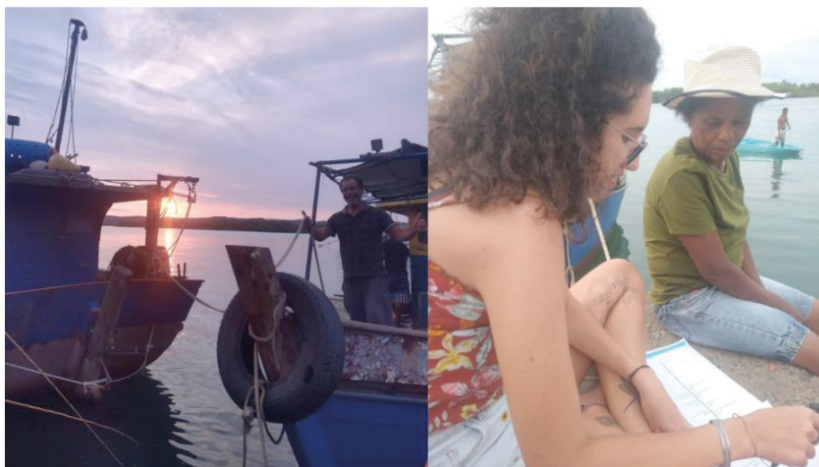


Figura 2 - Reunião com pescadores para elaboração do Calendário Histórico da Pesca Artesanal

Fonte: Giovana Pinheiro, 2023.

A pesquisa foi submetida ao comitê de ética via Plataforma Brasil. O protocolo da pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Sul da Bahia, em 19 de abril de 2023 (CAAE nº 64424922.1.0000.8467), antes da coleta de dados.

4 | RESULTADOS

4.1 Calendário Histórico da Pesca Artesanal de Itacaré

A apresentação do calendário histórico foi organizada em disposição de linha do tempo conforme a figura 3. Os pescadores, pescadoras e servidores públicos foram indagados sobre acontecimentos que influenciaram a pesca de maneira geral no decorrer dos anos. Estes apontaram acontecimentos desde construção da igreja matriz da cidade até os tempos mais atuais, segundo o relato de um pescador “antes tudo que acontecia na cidade afetava a nossa vida porque aqui só tinha pescador”, além disso é importante ressaltar que diversos pescadores trabalham ou já trabalharam como guias turísticos na cidade nos períodos de verão, motivo pelo qual se deu o apontamento de fatos históricos mais antigos.



Figura 3. Calendário Histórico da pesca artesanal

Fonte: Giovana Pinheiro, 2024.

4.2 1720 – Construção da Igreja Matriz de São Miguel

A comunidade pesqueira apontou a construção da igreja São Miguel como o primeiro acontecimento que influenciou a pesca artesanal de Itacaré. Segundo os pescadores, a pesca em Itacaré já era realizada mesmo antes da chegada de colonizadores portugueses, mas que a partir deste acontecimento a população da cidade, naquela época ainda um pequeno povoado, começou a crescer e comunidades surgiram.

A cidade teve sua origem em uma aldeia indígena Guerém e, com a chegada dos jesuítas no século XVIII, foi batizado de São Miguel da Barra do Rio de Contas no ano de 1718 a partir da construção da igreja matriz (Meliani, 2006; Couto, 2011). Anteriormente, o município era habitado essencialmente por pescadores e ribeirinhos, muitos deles de origem indígena ou filhos e netos de escravos, oriundos dos quilombos e mocambos regionais. (Meliani, 2003 e 2006; Couto, 2011).

Devido sua localização, o município servia como apoio náutico pelas condições facilitadoras da foz do Rio de Contas, e acabou por se constituir em um ponto estratégico para embarque e desembarque de produtos da época, para o tráfico de escravos que serviam às fazendas locais e como porto clandestino da Coroa Portuguesa, que recebia pedras preciosas vindas da Chapada Diamantina (Oliveira, 2007; Couto, 2011).

Diante do apontamento da comunidade pesqueira e das afirmações dos autores supracitados, é possível perceber que o desenvolvimento da pesca artesanal na região antecede feitos provindos dos colonizadores, que por sua vez, catalisou o desenvolvimento urbano, potencializando atividades pesqueiras e náuticas no município.

4.3 1737 – Fundação da comunidade Porto de Trás

A fundação do bairro Porto de Trás foi citada pelos pescadores devido a sua percepção e pertencimento ao espaço. Por ser um bairro-quilombo muito tradicional, conservando sua cultura religiosa e pesqueira a quase 300 anos, pescadores disseram considerar importante o fato de estarem próximos uns aos outros, uma vez que concentravam suas atividades de pesca na comunidade, por meio de relatos como: *“Tem muita tradição né? Foi importante pra gente se unir”* e *“Antigamente a gente fazia tudo por lá, desembarcava lá, tratava e trocava o peixe lá”*.

Os relatos supracitados estão em acordo com o descrito por Meliani (2014), o autor explica que o nome do bairro vem de acordo com o embarque e desembarque, onde parte das manufaturas eram embarcadas e desembarcadas no século XVIII.

É importante ressaltar que a criação deste bairro não se deu por espontaneidade dos pescadores artesanais, mas sim por uma segregação racial, social e econômica provocada pelo colonialismo. Em seu estudo, Couto (2011) verificou que enquanto os brancos ricos ou remediados do lugar, ocuparam lugares mais privilegiados e construíram seus casarões na colina ou a beira mar, os pretos e pobres elevaram suas casas de taipa em áreas sucessivas à beira rio.

4.4 Secas na Região

Em entrevista com servidores da secretaria municipal de meio ambiente quatro períodos significativos de seca atingiram Itacaré e a região, sendo estes as secas dos anos de 1930, 1957, 1981 e 2015. As datas alavancadas correspondem aos períodos de seca estudado por Lima e Magalhães (2018) entre os séculos XVI e XXI. Os pescadores relataram que por se tratar de uma região litorânea e estuarina, os períodos de estiagem não os afetam da mesma maneira que afetam outros municípios da região, porém os mesmos percebem uma menor produtividade nestes períodos.

Um dos impactos que as secas podem gerar aos estuários é o aumento da salinidade dos recursos hídricos. Durante o período de seca ocorre uma redução natural do fluxo de água doce nos estuários e estes ambientes podem apresentar condições de estuários invertidos, onde o gradiente de salinidade aumenta em direção a montante do rio (Marinho, 2019). Este fenômeno pode influenciar na redução do número de peixes, pois embora as espécies estuarinas tenham capacidade osmorregulatória que possibilitam sua sobrevivência em ambientes tanto mais salinos, em cenários com altos índices de salinidade indivíduos mais sensíveis, menos saudáveis, ou até mesmo indivíduos juvenis, podem possivelmente não sobreviver aos períodos de maré onde as águas estão mais salgadas, ou não seriam capazes de invadir águas costeiras com salinidades maiores (Gutierrez, 2011). Este impacto pode ter se tornado relevante para que os pescadores apontem a menor produtividade de peixes no Rio de Contas.

4.5 Legislações

As legislações apontadas no calendário histórico surgiram em entrevista tanto com os pescadores, quanto com servidores municipais. As legislações apontadas pelos servidores foram o Código de Pesca (Brasil, 1967), Proibição da pesca do peixe Mero (MMA, 2015), Lei Geral da Pesca (Brasil, 2009) e o Seguro Defeso (Brasil, 2013). Estes retrataram as legislações como medidas administrativas as quais foram sendo alteradas conforme suas atualizações ao longo do tempo. O relato dos servidores: *“damos suporte para os pescadores de acordo com o que está na lei, com a colônia e a marinha”, “primeiro veio o código de pesca que era mais robusto e depois a lei geral da pesca”, “a pesca do Mero e os períodos de defeso a gente fiscaliza com a marinha” e “ajudamos a divulgar os períodos de defeso”.*

A primeira legislação citada refere-se ao Código de Pesca contemplado pelo Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 que consolidou o Registro Geral da Pesca (RGP), cadastro federal que regula as licenças de pesca no país e instrumento fundamental para a concessão de benefícios e garantia de direitos aos trabalhadores do setor (Brasil, 1967). A legislação definia pescadores em apenas três categorias: pescador profissional, pescador amador e cientista.

Outra legislação apontada pelos servidores municipais foi a Lei n.º 11.959, de 29 de junho de 2009, mais conhecida como Lei Geral da Pesca (Brasil, 2009). Atualmente, é a principal legislação que regulamenta as atividades pesqueiras no país e a primeira que definiu a pesca artesanal. A legislação busca conciliar o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais, além de considerar as peculiaridades e as necessidades dos pescadores artesanais, de subsistência e da aquicultura familiar, visando a garantir sua permanência e continuidade (Silvino; Hazin, 2021).

A última legislação apontada pelos servidores foi a Portaria Interministerial MPA/MMA n.º 13, de 2 de outubro de 2015 (MMA, 2015), que institui por um período de 8 (oito) anos, a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do mero (*Epinephelus itajara*) em águas jurisdicionais brasileiras, bem como o desembarque, armazenamento, transporte e a comercialização de exemplares dessa espécie em todo o território nacional.

Para os pescadores entrevistados, as legislações apontadas corresponderam ao período de defeso e seguro defeso, e foram abordadas de maneira indireta sem o apontamento de datas, como no discurso “*lembro que mudou um pouco quando colocou o defeso do camarão e depois melhorou com o seguro defeso*”. O primeiro período de defeso de espécies de camarão foi aplicado em 1989, contemplando o período de 1º de fevereiro a 31 de março por meio da Portaria IBAMA n.º. 26 de 09 de novembro de 1988 (Santos, 2010). Atualmente, o defeso do camarão é contemplado pela Instrução Normativa MMA n.º 14, de 14 de outubro de 2004, o período de 01 de abril a 15 de maio, objetivando proteger o camarão sete-barbas (*Xyphopeneaus kroyeri*), e, o período de 15 de setembro a 31 de outubro, é direcionado a proteção do camarão rosa (*Farfantepenaeus* spp.). Outro período de defeso existente no território de Itacaré é referente as espécies de Robalo. O período corresponde a 15 de maio a 31 de julho e é contemplado pela Portaria Ibama n.º49 de 13 de maio de 1992 (Brasil, 1992).

O seguro defeso foi criado por meio da lei federal n.º. 8.287 de 20 de dezembro de 1991 e teve como objetivo garantir aos pescadores renda mínima nos períodos em que se encontram impedidos de realizar suas atividades e ao mesmo tempo fundamentar as medidas de defeso para garantir o manejo sustentável da biodiversidade. Além disso, se constitui como uma categoria do Seguro-Desemprego, previsto na Constituição Federal de 1988, portanto um direito voltado aos pescadores artesanais (Torres; Gianella, 2020). A modalidade foi implementada a partir do entendimento de que a condição dos pescadores artesanais nos períodos de defeso se equiparava ao desemprego involuntário.

Esta legislação foi substituída pela lei n.º. 10.779 de 25 de novembro de 2003, atualizando os pré-requisitos e ampliando a garantia dos benefícios a um número maior de pescadores. Todavia, foi imposto que para contemplação do benefício, o pescador não poderia receber qualquer outra fonte de renda que não pertencesse as atividades pesqueiras. Este requisito implica em profundo contraste com o modo de vida dos

pescadores artesanais, que é marcado pela pluriatividade, com centralidade na pesca, mas também é dependente de outras formas de produção e fontes de renda (Torres; Gianella, 2020).

4.6 1963 – Fundação da Colônia Z-18

A fundação da Colônia Z-18 em 1963 foi citada pelos pescadores em todas as reuniões para a elaboração do calendário histórico. Dâmaso (2006) confirma a data apontada pelos pescadores e complementa dizendo que o número de barcos aumentou consideravelmente, uma vez que, no primeiro ano de colônia existiam apenas sete barcos “a pano”, ou seja, barcos movidos a vela, sem o uso de motor.

Os pescadores e pescadoras apontam este fato como significativo para a pesca artesanal de Itacaré, uma vez que reconhecem a Colônia Z-18 como um símbolo de união e fortalecimento da categoria. Além de proporcionar fortalecimento socioeconômico, facilitando o acesso aos direitos sociais, como previdência e seguro defeso, a colônia fortalece os laços da comunidade, promovendo solidariedade e perpetuação da cultura. Adicionalmente, estimula a troca de informações, vivências e experiências entre a comunidade.

4.7 Anos 1970 - Pesca motorizada

Em entrevista os pescadores relataram que a introdução da pesca motorizada começou por volta do início dos anos 1970 e foi um grande facilitador para a pescaria, já que passaram a ter mais controle sob os locais de pesca, por não dependerem dos ventos para locomoção, o que conseqüentemente, aumentou suas capturas de pescados.

A introdução do motor na pesca artesanal brasileira ocorreu inicialmente nos estados do sudeste entre o fim da década de 1950 e início da década de 1960 (Silva, 1993; Ferreira; Jankowsky; Nordi, 2009). Para a região nordeste esta tecnologia chegou entre o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 (Silva, 1993; Ramalho, 2021).

A introdução da pesca motorizada para os as regiões do nordeste e sudeste provocou a diminuição no número de embarcações tradicionais, como canoas e jangadas, todavia, a captura de espécies de alto valor comercial, como a lagosta e o camarão, triplicou (Silva, 1993).

Diegues (2004) apontou alguns efeitos sobre a introdução do motor na pesca artesanal. Um destes foi a introdução de tecnologias como o gelo e redes de nylon, que junto com a introdução do motor, facilitaram a exploração de ambientes marítimos e, conseqüentemente, aumentaram a produção de pescados. Outro efeito apontado pelo autor foi a medida em que pescadores de diversas comunidades puderam explorar novos ambientes, começou uma aguda competição pelas áreas de pesca, surgindo problemas de diminuição dos cardumes.

4.8 Anos 1980 – Pesca da lagosta e tubarão

Diversos pescadores destacaram a pesca da lagosta e a captura de tubarões como um período altamente benéfico para a comunidade pesqueira. Nesse intervalo, os pescadores conseguiram obter retornos financeiros significativamente mais elevados, possibilitando a alguns deles realizar investimentos em barcos motorizados e propriedades destinadas à locação.

Nas entrevistas, os pescadores relataram que em Itacaré, a pesca da lagosta começou no início dos anos 1980, e assim como o camarão, era realizada por meio de redes de arrasto. Em relato, é evidente que esse foi um período que proporcionou um rendimento financeiro significativo para os pescadores *“dava tonelada de lagosta e ia tudo pra fora, aí deu muito dinheiro pra muita gente, quem soube aproveitar comprou barco e casa”*.

A pesca da lagosta começou no sul da Bahia no início da década de 1980, enfrentando elevada instabilidade por volta de 1989. A intensificação dessa modalidade de pesca começou na região devido ao declínio da produção nos estados do Ceará e Pernambuco, locais onde a pesca da lagosta se iniciou 25 anos antes, ocorrendo assim, a migração de parte de suas embarcações para o porto de Ilhéus e região (Aragão, 2013; Ivo et al., 2013).

Após o pico da pesca de lagosta, alguns pescadores direcionaram seus esforços para a captura de tubarões, uma atividade que perdurou por aproximadamente 2 a 3 anos. Conforme descrito pelos próprios pescadores, a motivação para essa pesca estava centrada na exportação das barbatanas para o Japão: *“a gente pescava de 15 a 20 tubarão e cortava ‘as barbatana’ pra vender pro japonês, o resto vendia por aqui ou mandava pra Camamu”*. Os pescadores esclareceram que o “japonês” mencionado era um intermediário (comprador) encarregado de adquirir as barbatanas e transportá-las para o porto de Ilhéus.

Em Itacaré, o cação era um peixe de alto valor no mercado, onde as barbatanas eram vendidas em quilo por um alto valor comercial, para compradores “de fora” que exportavam este produto, principalmente para o Japão, com a finalidade de produzir sopas (Dâmaso, 2006). A prática de pesca de tubarão ocorre desde o início dos anos de 1980 na região de Ilhéus e o lucro proveniente da venda das “abas” (nadadeiras) foi um dos principais fatores contribuintes para o declínio da população de tubarões nas águas costeiras do sul da Bahia (Barbosa-Filho, 2013). Embora haja escassez de literatura científica sobre a pesca de lagosta e tubarão em Itacaré, as declarações dos autores mencionados anteriormente alinham-se harmoniosamente com os relatos dos pescadores locais.

4.9 1982 – Poluição dos manguezais

De acordo com os pescadores, houve um aumento significativo da poluição nos manguezais urbanos por volta de 1982, levando-os a suspender suas atividades de pesca e lazer nesses locais. Durante as entrevistas, identificaram-se dois principais fatores que contribuíram para essa interrupção: a contaminação decorrente dos efluentes de esgoto, devido à falta de saneamento básico, e as eventuais enchentes do Rio de Contas, que passaram a trazer uma quantidade crescente de resíduos sólidos.

O apontamento da degradação dos manguezais presentes na área urbana na década de 80 corresponde ao que Chiapetti (2009) analisou em seu trabalho, expondo que o processo de degradação dos manguezais urbanos de Itacaré acelerou-se a partir dessa década com o crescimento desordenado dos vilarejos ribeirinhos, onde inúmeras casas foram construídas na beira do rio e a administração pública perdeu o controle sob os efluentes de esgoto lançados diretamente no leito do rio.

De modo geral, os níveis de esgotamento sanitário no nordeste do Brasil são extremamente baixos. O Painel de Regionalização dos Serviços de Saneamento Básico no Brasil do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS, 2022) apontou baixos índices de esgotamento sanitário para o estado da Bahia (41,5%) e principalmente para Itacaré (34,2%). A ausência de sistemas adequados de esgotamento sanitário acarreta uma série de impactos ambientais, os quais reverberam tanto no meio ambiente quanto na sociedade em múltiplos aspectos.

Chiapetti (2009) apontou diversos impactos ocasionados pela ausência de esgotamento sanitário ao longo do Rio de Contas. Alguns deles são observados atualmente em Itacaré, tais como: a qualidade da água, despejo de rejeitos sólidos, lançamento de substâncias tóxicas provenientes do uso de agroquímicos nas lavouras, além da presença eminente de esgotos domésticos não tratados, principalmente nas cidades de Jequié e a sua jusante.

As enchentes, identificadas pelos pescadores como um dos principais contribuintes para a poluição dos manguezais, ocorrem de forma imprevisível, manifestando-se tanto durante o verão quanto no inverno. Alguns relatos explicam a ocorrência das enchentes e a preocupação da comunidade com o período: *“não precisa nem chove aqui pro rio enche, é só chove lá pra cima que desce tudo”, “quando o rio sobe, vem muito lixo, fica tudo no mangue”* e *“quando abre as comportas lá de cima não tem nem o que fazer”*.

A respeito do relato sobre ‘abrir as comportas’, o pescador se referiu a existência de duas Usinas Hidroelétricas (UHE) que se localizam a montante do Rio de Contas, a UHE de Pedras, no município de Jequié e a UHE do Funil em Ubaitaba. Ambas consistem em usinas de represamento, em que possuem um reservatório com uma razoável capacidade de regularização e, por esta razão, podem modular as descargas de forma conveniente ao sistema de geração de eletricidade (Chiapetti, 2009). As aberturas das comportas em

períodos chuvosos podem implicar em mais um impacto para as áreas de manguezais urbanos, já que mudanças na hidrodinâmica do curso do rio promovem a diminuição na oferta de recursos dos quais muitas comunidades tradicionais e setores dependem diretamente para sobreviver (ICMBIO, 2018).

Para proteção dessas áreas, as categorias de Unidades de Conservação particularmente mais significativas o uso sustentável são as Reservas Extrativistas (RESEX) e as Áreas de Proteção Ambiental (APA). De acordo com Weigand e Lopes (2001), os mangues de Itacaré não são extensos, porém existem áreas propícias ao apicum, de onde os extrativistas extraem guaiamuns. Estas áreas estão contempladas na proposta da RESEX Marinha de Itacaré para conservação.

4.101986 – Surgimento da Vassoura de Bruxa

O surgimento do fungo Vassoura-de-Bruxa *Crinipellis perniciosa* foi recordado pelos pescadores em todas as reuniões. Embora não tenham a experiência direta no cultivo de cacau, os pescadores que contribuíram para a elaboração do Calendário Histórico contaram que, durante o auge da crise cacauzeira, muitos agricultores abandonaram suas atividades e passaram a depender da pesca artesanal para subsistência e renda. Essa conexão entre o surgimento do fungo e o aumento do número de pescadores é evidenciada no relato: *“a vassoura acabou com tudo, aí muitos começaram a pescar [...] uns ficaram e outros voltaram pra sua cidade”*.

Chiapetti (2009) explica que o fungo “vassoura-de-bruxa” é uma doença que compromete a produção de frutos de cacau e foi responsável pelo declínio da produção baiana. Diversos autores confirmaram a data do surgimento da praga e ressaltaram que a crise se intensificou já no início dos anos 90 fazendo com que a produção baiana de cacau se reduzisse pela metade, o que foi devastador para a região de Itacaré, elevando o índice de desemprego e fazendo com que trabalhadores deixassem a roça e passassem a viver principalmente da pesca (Weigand; Lopes, 2001; Meliani, 2006; Oliveira, 2008).

4.11 1998 – Pavimentação da BA-001

De acordo com relatos dos pescadores, a pavimentação do trecho Ilhéus-Itacaré da BA-001 representou uma melhora significativa para a pesca artesanal. Facilitando o transporte dos pescados para Ilhéus e outras cidades próximas, proporcionando uma logística mais eficaz e simplificando a obtenção de insumos essenciais para a atividade pesqueira, como combustível, motores, redes e outros equipamentos.

Meliani (2006) e Chiapetti (2009) relataram em seus trabalhos que, anteriormente ao ano de 1998, ano de finalização da rodovia, o percurso de automóvel entre Itacaré e Ilhéus, que atualmente é de uma hora, durava mais de três horas e que só era viável em períodos

de estiagem. Os moradores do município também tinham grande dependência do Rio de Contas, pois utilizavam canoas, barcos e lanchas como meio de transporte para Ubaitaba (município que faz limite oeste com Itacaré) afim de ter acesso à Rodovia-101.

É importante ressaltar que a pavimentação da rodovia modificou grandiosamente o cenário de Itacaré. Além de proporcionar a facilidade de escoamento da produção pesqueira, a rodovia que foi pavimentada com o propósito de potencializar o turismo, aumentou significativamente o número de moradores, turistas, imóveis, automóveis, comércios, casas de veraneio, pousadas, hotéis e resorts no município (Weigand; Lopes, 2001; Meliani, 2006). Para os moradores, a rodovia facilitou também o acesso a melhores serviços públicos de saúde e de educação, como: hospitais, clínicas, escolas e universidades, que em Itacaré são precários ou inexistentes (Meliani, 2006).

Enquanto recordavam as mudanças positivas ocorridas no cenário urbano, decorrentes da pavimentação da rodovia, os pescadores frisaram a percepção de um aumento gradual do número de pescadores e embarcações, e atribuíram este aumento ao surgimento de novos bairros, como o Bairro Santo Antônio.

Para além dos impactos positivos que a pavimentação da rodovia trouxe para os pescadores e para a população de Itacaré, Oliveira (2008) em sua obra destacou diversos impactos socioambientais negativos que passaram a ocorrer após a finalização da obra, tais como: explosão demográfica, crescimento econômico desordenado, falta de infraestrutura, degradação ambiental, poluição, ocupação desordenada dos espaços (favelas) e especulação imobiliária.

4.12 Final dos anos 1990 – Tonel de ferro

Durante as entrevistas para a elaboração do calendário histórico, os pescadores foram indagados se recordavam de acontecimentos que facilitaram ou prejudicaram o seu dia-dia na pesca artesanal. Em uma das reuniões, um grupo de pescadores se recordou de uma estrutura de tonel de ferro que, segundo os mesmos, surgiu em alto mar, próximo a pesqueiros, no final dos anos 1990 e possuía de 15 a 20 metros de comprimento.

Estes entenderam que o tonel representou um facilitador para a pesca, se tornando um criadouro de iscas. Além disso, os pescadores contaram que nunca souberam da origem do tonel, seu surgimento e desaparecimento no local, como é possível observar por meio dos relatos: *“apareceu do mesmo jeito que sumiu, ninguém sabe”*, *“com o tempo começou a cria isca e a gente aproveitava pra pescaria”* e *“você vai falar que é história de pescador, mas não é, era grande”*.

Pode-se supor que o tonel de ferro mencionado pelos pescadores seja um tipo de armadilha de pesca conhecida como atrator artificial. De acordo com o CEPSUL/IBAMA (1997), atratores artificiais são equipamentos auxiliares à atividade pesqueira, confeccionados de diversos tipos de materiais básicos, cuja função é concentrar cardumes,

facilitando a sua captura. Seu princípio de funcionamento baseia-se na formação de uma cadeia alimentar, a partir da agregação de *perifiton* em suas estruturas de atração, proporcionando às áreas aparentemente desérticas em que são instalados o surgimento de nichos ecológicos.

A prática do uso de atratores na época apontada pelos pescadores em Itacaré não era incomum. Os autores Lima, Lin e Menezes (2000) registraram o uso de atratores similares no litoral de Santa Catarina, onde consistiam em balsões de formato retangular ou quadrado, nos quais são fixadas panagens de redes de pesca já usadas. Essas estruturas são sustentadas em flutuadores constituídos, geralmente, de caixas d'água plásticas ou tonéis de ferro, e sem qualquer tipo de equipamento que facilite a sua localização, para evitar que sejam localizados e roubados por outros mestres de pesca.

É importante ressaltar que na pesca artesanal de Itacaré, a confecção e o lançamento de atratores ao mar não foram registradas na literatura, tampouco mencionadas pelos pescadores e pescadoras artesanais nas reuniões, entrevistas ou conversas informais. Contudo, o relato sobre o período em que o tonel de ferro facilitou a pescaria: *“ficou uns meses lá, não foi coisa de ano”*, pode ser associado ao tempo de vida útil de um atrator, estimado em torno de 4 a 6 meses, onde a agregação de peixes ao seu redor ocorre por volta de 30 a 40 dias após o lançamento (CEPSUL/IBAMA, 1997; Lima; Lin; Menezes, 2000).

De acordo com o CEPSUL/IBAMA (1997), os atratores permitem que diversas modalidades de pesca possam ser realizadas, entre elas a pesca com linha de mão. Esta é uma das modalidades de apetrechos de pesca mais utilizadas pelos pescadores artesanais de Itacaré, o que pode ter contribuído para que os pescadores recordassem do fato e o apontassem como um facilitador.

4.13 Início dos anos 2000 – Pesquisas sísmicas

Durante as entrevistas, alguns pescadores citaram uma 'pesquisa' desenvolvida na região, que impactou negativamente na atividade pesqueira. Inicialmente, quando questionados, estes não conseguiram elaborar qual a categoria de pesquisa realizada, contudo, os pescadores se mostraram insatisfeitos e contrários a 'pesquisa', como é possível observar por meio dos depoimentos como: *“fizeram uma pesquisa lá pra cima de Maraú que mato tudo os peixe”* e *“acho que as pesquisa atrapalha porque espanta os peixe”*.

A elucidação dos fatos se deu por meio das entrevistas realizadas com os servidores municipais. Estes apontaram que ocorreram pesquisas sísmicas na região, com propósito de prospecção de petróleo e gás por volta de 2004. Em depoimento, os servidores ressaltaram que as pesquisas foram realizadas na região de Camamu e na península de Maraú, não ocorrendo em Itacaré.

De acordo com a literatura disponível, a Agência Nacional de Petróleo – ANP concedeu em 2001, o Bloco Exploratório da Bacia de Camamu-Almada (BM-CAL-6) à Empresa El Paso Óleo & Gás do Brasil Ltda., onde a mesma realizou entre 2002 e 2007 atividades de pesquisa sísmica 2D/3D e de perfuração (Burda; Polette; Schiavetti, 2007; Fraga et al., 2008).

Durante as etapas de prospecção das atividades de aquisição de dados sísmicos, foi implementado um programa de monitoramento pesqueiro, a fim de cumprir as condicionantes de licenças ambientais de 2002 e 2004, contudo, o programa abrangeu apenas nove comunidades pesqueiras entre os municípios de Valença e Maraú (Fraga et al., 2008), não contemplando a comunidades pesqueiras de Itacaré.

De acordo com Weilgart (2020), o ruído gerado durante as pesquisas sísmicas é o segundo mais alto ruído subaquático produzido pelo homem, e pode ser comparado a terremotos e vulcões submarinos, sendo altos o suficiente para penetrar por centenas de quilômetros. Além disso, os disparos com os canhões de ar podem ser realizados a cada 10 segundos por hora, podendo durar semanas ou meses.

A autora supracitada ainda destacou que os animais marinhos dependem dos sons para todas as funções vitais, como a procura de alimento, reprodução, comunicação com o grupo e seus filhotes, evitando predadores e perigos, navegando e sentindo seu ambiente. Além disso, são observados impactos como: diminuição das taxas de captura da pesca, desenvolvimento anormal e retardado, dano ao DNA, dano auditivo, estresse e morte. Assim, o ruído sísmico constitui uma degradação generalizada, geralmente em longo prazo, do habitat acústico, que afeta todo o ecossistema marinho, do plâncton aos invertebrados e aos principais predadores, como as baleias (Weilgart, 2020).

Burda, Polette e Schiavetti (2007) ressaltaram que parte da área do bloco exploratório concedido a empresa, está inserida a proposta de criação da Reserva Extrativista Marinha de Itacaré, o que gerou um conflito de interesses em relação a esta área. Desde então, o processo no CNPT/IBAMA está paralisado e não se vislumbra a criação da RESEX de Itacaré.

Embora Itacaré se encontre mais ao sul do bloco exploratório, alguns desses impactos foram observados pelos pescadores artesanais, que relataram um comportamento de afugentamento e morte dos pescados, impactando na atividade pesqueira dessa comunidade tradicional. Esta percepção se soma aos motivos pelos quais a RESEX de Itacaré deve ser implementada.

4.14 Variações nos preços de óleo diesel

Durante as entrevistas, diversos pescadores se mostraram desapontados ao relatarem as variações nos preços do óleo de motor. Segundo os mesmos, o óleo é utilizado como combustível para os motores das embarcações e o encarecimento deste insumo

afeta diretamente os lucros das pescarias.

Em relatos, estes perceberam que houve um aumento significativo no preço do litro a partir do ano de 2018, chegando ao ápice em 2022, e apenas em 2023 o preço voltou a cair. É possível verificar nos relatos: *“começou subir em 2018, aí no ano passado (2022) tava muito caro, fico difícil sai pra pesca”, “o preço do óleo sempre subiu e desceu, igual gasolina de carro sabe? Mas depois de 2018 ficou difícil” “só veio baixa esse ano aqui (2023), mas ainda tá caro”, e “quando tá caro é ruim, tem que pesca mais pra dá lucro”.*

No momento em que os pescadores relataram que o alto custo do combustível interfere na assiduidade das pescarias, foram questionados quais os procedimentos são realizados em situações em que o valor do insumo é alto, os relatos foram: *“aí o ‘patrão’ não deixa a gente sair, só vai no dia certo”, “quando a lua tá boa, água tá clara [...] o vento tem que tá bom” e “tem que í no dia certo pra não fica devendo”.* O ‘patrão’, mencionado pelos pescadores, são os donos das embarcações, que geralmente financiam os insumos necessários para as pescarias. Estes são caracterizados na literatura como atravessadores.

Em Itacaré, a figura dos “atravessadores” é muito comum (Weigand Jr; Lopes, 2001; Dâmaso, 2006), e corresponde ao fato de que nem todos os pescadores possuem embarcações próprias. Diegues (2004) define atravessadores como figuras especializadas em produtos do mar, e que passam a ser financiadores da produção dos pescadores artesanais. É importante acentuar que os pescadores acabam ficando dependentes dos atravessadores, pois estes financiam a embarcação, combustível, apetrechos, comida e gelo para uso durante as pescarias (Weigand Jr; Lopes, 2001). Neste sistema de pesca, um alto custo de insumos, como o combustível, passam a demandar maiores volumes de captura de pescados para que a partilha da produção gere lucros.

4.152019 – Derramamento de óleo

O surgimento de óleo nas águas costeiras do Nordeste foi unanimemente destacado por todos os entrevistados durante a elaboração do calendário histórico. Este período foi descrito como uma fase repleta de incertezas para a pesca artesanal, uma vez que a origem do óleo e seu nível de toxicidade para a saúde humana e dos pescados eram desconhecidos.

Os pescadores afirmaram que o período em que o óleo chegou em Itacaré durou cerca de 6 meses, começando por pequenas manchas e mais tarde manchas com mais de um metro de diâmetro. Além disso a produção da pesca artesanal e a comercialização de peixes diminuíram na cidade, pois as pessoas e os próprios pescadores temiam que os peixes estivessem contaminados pelo óleo. Relatos: *“a gente teve medo porque não sabia o que era né? os peixe ficou tudo contaminado, foi difícil”.*

Ao serem questionados se obtiveram ajuda de governos municipais, estaduais ou federais narraram: *“a gente tirou o óleo no braço [...] a prefeitura ajudou com trator, mas*

não dava pra ficar esperando [...] chegava e 'nois' já ia tirando” e “teve gente que recebeu um dinheiro do governo, mas não foi todo mundo, eu mesmo não recebi”.

Para as pescadoras, torna-se evidente que o derramamento de óleo foi catastrófico, uma vez que estas permaneceram por períodos prolongados sem realizar suas atividades de pesca. Durante esses intervalos, foram obrigadas a buscar outras fontes de subsídio para alimentar suas famílias, como ilustrado em suas falas: *“eu só fui pescar de novo na pandemia porque aí não teve jeito, não tinha de onde tirar dinheiro pra comprar comida” e “era medo do óleo e depois medo do Covid”.*

A narrativa das pescadoras é compreendida também na obra de Ramalho e Santos (2021), onde os autores explicaram que a chegada do óleo no segundo semestre de 2019 acarretou em profundos abalos nas condições do modo de vida dos pescadores e pescadoras e quando a economia pesqueira presenciou um início de recuperação dos ganhos monetários na pesca (entre a segunda quinzena de janeiro até os primeiros dias do mês de março de 2020), essa situação foi anulada em decorrência da chegada da pandemia do novo coronavírus e, com isso, da implantação da necessária quarentena.

Contudo, a informação dos servidores municipais destoa dos relatos apresentados pelos pescadores. Em entrevista os servidores contam que Itacaré foi pouco atingida e a adoção de estratégias específicas contribuíram para que a economia do município não fosse prejudicada, como é possível ser observado por meio da declaração a seguir:

“Aqui as praias são mais pra dentro, então a força das correntes que vem de salvador não tem tanta força pra entrar aqui, como é em ilhéus, a geografia ajudou, então não chegou tanto óleo como em outros lugares [...]teve dia que a gente chegou à colher 500kg, uns mais e outros menos mas foram 2 meses mais ou menos [...] a gente adotou uma política de não divulgar, inteligente porque aqui é cidade turística, então a coleta era feita diariamente e muito cedo, limpava tudo e tirava as fotos das praias lindas e maravilhosas e divulgava “Itacaré não tem nada” então o turismo não foi afetado. [...] tiveram poucos casos de turistas se sujando de óleo, as vezes pisava numa manchinha ou criança brincando na areia, nada significativo. [...] a estratégia foi essa e deu certo, as cidades vizinhas divulgavam o óleo, acho que pra conseguir apoio federal, então tiveram um prejuízo no turismo imenso porque as pessoas não iam pra lá”

Ao serem indagados sobre o impacto desse período na pesca, os funcionários públicos reconheceram que foi um momento preocupante para os pescadores, mas destacaram que estes receberam assistência financeira do governo federal. No âmbito municipal, o apoio aos pescadores foi providenciado por meio da disponibilização diária de tratores para a limpeza das praias urbanas e, conforme a demanda, a limpeza das demais praias.

Infelizmente, todo o nordeste brasileiro e parte do sudeste foram gravemente afetados pelo derramamento de óleo. Foi contabilizado que mais de mil localidades em onze estados brasileiros foram atingidas, afetando o dia-dia de no mínimo 300 mil pescadores

e pescadoras artesanais (Ramalho; Antunes, 2023). Ainda, segundo estes autores os primeiros sinais surgiram no dia 30 de agosto de 2019, quando foram vistos fragmentos de petróleo (chamados de piches). Ao todo, foram cerca de 5.340 toneladas (t) de petróleo retiradas da natureza.

Algumas consequências da exploração e vazamento de petróleo apontadas por Torres e Gianella (2020) foram observadas em Itacaré, sendo destacado a contaminação química e física do pescado, inviabilidade produtiva, econômica e social da atividade, incapacidade de comercialização da produção por temor da contaminação e redução dos estoques pesqueiros.

Diante da situação presenciada entre 2019 e 2020, a maioria da população diretamente afetada é vulnerável e composta por pessoas afrodescendentes, especialmente o pescador artesanal (Pena et al., 2020). Ainda segundo tais autores, a ausência de uma resposta emergencial para proteger comunidades pesqueiras e quilombolas dessa calamidade é um sintoma de exclusão sistemática de políticas públicas que negam direitos de igualdade e de equidade compensatória, caracterizando em racismo ambiental.

Ramalho e Antunes (2023) também classificaram como racismo ambiental, o vazamento de petróleo que atingiu o litoral de Pernambuco, e destacaram que os pescadores artesanais são vítimas constantes da poluição das águas, degradação e ameaças aos seus territórios pesqueiros, ausência de políticas públicas, várias formas de violência e desrespeito ao seu modo de vida.

Conforme o observado, o quadro obteve um impacto significativo na comunidade tradicional pesqueira de Itacaré, tornando suas atividades praticamente inviáveis. A falta de políticas públicas efetivas para enfrentar esse incidente não apenas agravou a situação financeira dessa comunidade, mas também afetou profundamente seu modo de vida e seu território. Considerando que a pesca artesanal em Itacaré tem raízes profundas nas comunidades indígenas e quilombolas, essa ausência de políticas públicas resultou em impactos significativos em uma população predominantemente negra, caracterizando o desastre como um caso de racismo ambiental.

4.16 2020 – Pandemia COVID-19

A pandemia de Covid-19 foi abordada em todas as reuniões, envolvendo tanto pescadores artesanais quanto servidores municipais. No entanto, as entrevistas revelaram perspectivas distintas.

Com os servidores, o tema foi tratado de forma mais impessoal, onde os entrevistados enfocaram procedimentos adotados pelo governo federal e destacaram a incerteza em relação ao setor do turismo e como isso afetou diretamente a pesca, como é possível verificar nos relatos: *“prejudicou bastante porque eles ficaram sem pescar, mas receberam auxílio emergencial e o seguro defeso”*, *“complicou porque a demanda da cidade diminuiu”*

e “*nos primeiros meses da pandemia a cidade estava praticamente fechada, restaurantes funcionavam só entregando, as pousadas ficaram praticamente vazias*”.

Por outro lado, com os pescadores e pescadoras, os sentimentos de medo, instabilidade e tristeza vieram à tona por meio de relatos: “*no começo a gente ficou com muito medo, mas depois saía pra pescar com medo mesmo*”, “*antes de dar a pandemia eu fui demitida [...] depois não tinha trabalho, aí com medo mesmo vinha aqui pesca pra ter uma comida em casa*” e “*a pandemia foi triste, perdi meu irmão e não podia ficar em casa sem trabalhar*”.

Quando questionados se receberam algum auxílio financeiro e como organizaram a renda, os relatos foram: “*recebi o auxílio emergencial, mas passei dificuldade*”, “*recebi só o seguro defeso (nos meses correspondentes ao defeso do camarão), mas não dava não*” e “*não dava pra comprar comida e pagar aluguel, vinha aqui pesca pra leva peixe pra casa*”.

Os pescadores e pescadoras relataram que no início da pandemia voltaram a interromper suas atividades pesqueiras, devido a necessidade de isolamento social e à baixa demanda de pescados provocada pela queda do setor turístico da região. Contudo, o cenário mudou quando se depararam com dificuldades financeiras, passando então a recorrer a pesca exclusivamente como fonte de subsistência. Cavalcanti e Wanderley (2020) destacaram em seu trabalho que o fato de não conseguir comercializar o pescado implicou diretamente na cadeia alimentar dos pescadores, considerando que estes utilizam a renda da venda dos pescados para comprar outros alimentos.

Mesmo retomando as pescarias, foi observado que os entrevistados tomaram certos cuidados, procurando realizar suas atividades com o menor número de pescadores possível, ou sozinhos. As pescadoras, que costumam estar acompanhadas de seus filhos, netos ou sobrinhos, relataram que preferiram pescar sozinhas por conta do medo de expor suas crianças a contrair o vírus.

A pandemia afetou completamente o cotidiano dos pescadores e pescadoras, além das questões econômicas, a cultura de trabalho, que se baseia em vínculos, laços de solidariedade e socialização, também foi modificada (Ramalho; Santos, 2021). Cavalcanti e Wanderley (2020) ressaltaram que além de lidar com a morte e com o medo, os pescadores artesanais também lidaram com a questão do isolamento social. Esse aspecto, apesar de atingir diversos grupos sociais, afeta este nicho de maneira muito particular, isso porque, um dos elementos definidores do ser pescador é o seu trabalho.

4.17 2021–2022 – Enchente do natal

Os pescadores relataram que regularmente acontecem enchentes no Rio de Contas, geralmente com mais frequência durante o período do verão. Foi relatado que a enchente mais recente ocorreu na noite de natal ano de 2021, ocasionando muita devastação conforme os relatos: “*foi enchente brava, muita gente perdeu tudo*”, “*teve lugar aí pra cima*”

do rio que a água bateu mais de 2 metro”, “entrou água na casa de todo mundo e demorou pra baixa” e “ficou ruim pra pesca [...] desceu muito lixo”. Durante a abordagem do tema, os pescadores demonstraram sentimentos de tristeza e solidariedade, dizendo que por mais que muitos deles tivessem perdido muitos bens materiais, a comunidade se reuniu para prestar socorro e apoio às famílias atingidas.

Quanto aos servidores municipais, estes lembraram o acontecimento com tristeza e relataram que a prefeitura se organizou para prestar socorro e ajuda para as famílias atingidas, conforme os relatos: “foi uma enchente muito forte que aconteceu em um dia muito especial”, “a prefeitura ajudou as famílias atingidas [...] organizou doações de roupas, moveis e alimentos porque muita gente perdeu tudo”, “naquele ano até o réveillon foi cancelado, não tinha como festejar com todas aquelas famílias perdendo tudo”.

Em sua tese, Chiapetti (2009) lembrou com a comunidade pesqueira de Itacaré que anteriormente a construção da BA-001, as enchentes eram um problema muito maior, pois inviabilizava o acesso até comunidades ribeirinhas e ao distrito de Taboquinhas, restringindo temporariamente o abastecimento de alimentos e serviços médicos básicos a estas comunidades.

Outro ponto alavancado pelos pescadores foi a liberação de água realizada pelas barragens de Jequié e Ubatã. Segundo os mesmos, por vezes, a ação não é avisada com antecedência, e além de atrapalhar a pescaria, a água traz resíduos que se alojam nos mangues e nas margens do rio, acarretando outros problemas como alagamentos e perda de pertences pessoais, como é possível observar nos relatos: “tem vez que nem avisa, solta a água toda lá e entra tudo pra dentro de casa”, “já perdi sofá, colchão, geladeira por que da enchente”, “depois que baixa, o lixo fica todo no manguezal [...] as Baronesa tudo na orla”. Weigand e Lopes (2001) relataram que já ocorriam enchentes anteriormente a construção das barragens, e a força natural do rio removia resíduos de uma forma que não atrapalhava a pescaria, ao contrário, a pescaria logo após as enchentes costumava ser muito boa.

Enquanto relatavam sobre a enchente do natal, foi indagado aos pescadores sobre o surgimento das Baronesas após as enchentes. Estes explicaram: “o rio vem lá da chapada, aqui mesmo elas não se cria”, “quando chove muito lá pra cima do rio, desce tudo pra cá”. Este relato entra em consenso com o amostrado por Weigand e Lopes (2001) e Chiapetti (2009). Os autores explicaram que ‘Baronesa’ é um dos nomes populares da *Pontederia*, esta planta aquática é muito comum na região. Com chuva intensa por muitos dias, o volume de água do rio aumenta consideravelmente, carregando muito sedimento e, junto a ele, as baronesas que se acumulam na superfície da água, nas margens do rio e nas praias da cidade, obrigando os pescadores a passar horas limpando os fragmentos das plantas de suas redes e outros apetrechos de pesca.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos permitiram entender, a partir da percepção dos pescadores e pescadoras e gestão municipal, a dinâmica na qual a pesca artesanal de Itacaré se desenvolveu historicamente e como ocorre atualmente. A técnica de observação direta revelou aspectos fundamentais, possibilitando a compreensão de valores, tradições, raízes, vínculos e sentimentos que a comunidade tradicional possui com o seu território. Também foi possível estabelecer conexões entre os dados fornecidos pelos pescadores e pelos servidores municipais, como o apontamento das pesquisas sísmicas ocorridas nos anos 2000.

As diferenças entre as percepções dos pescadores e dos servidores municipais diante do derramamento de óleo no litoral do Nordeste chamaram a atenção para uma urgente necessidade de envolvimento da comunidade pesqueira na formulação de políticas públicas municipais. Embora seja compreensível a preocupação da prefeitura com a estabilidade do turismo, visto que essa é a principal fonte de receita que impulsiona a cidade, é igualmente crucial direcionar uma atenção mais dedicada à preservação e ao apoio das atividades pesqueiras desenvolvidas no município.

Percebe-se que a comunidade já presenciou diversas situações favoráveis, tais como os períodos de pesca da lagosta e do tubarão, além da conquista do direito ao seguro defeso. No entanto, também enfrentou adversidades como o derramamento de óleo, a pandemia de COVID-19 e a enchente do natal. Esses e outros eventos abordados pelos pescadores mostram a resiliência e a resistência da comunidade pesqueira diante de diversas situações, mesmo que com pouco ou nenhum auxílio governamental.

Infelizmente, determinados resultados da pesquisa apontaram para situações complexas onde a ausência de medidas efetivas e/ou auxílio financeiro para solucionar, neutralizar ou amenizar problemas e dificuldades foram negligenciados, prejudicando ainda mais a conjuntura da comunidade, principalmente frente a desastres ambientais. Exemplos notáveis incluem o derramamento de óleo no oceano e as enchentes do Rio de Contas, esses eventos foram classificados como manifestações de racismo ambiental. Diante disso, é necessário a implementação de ações que revisem legislações existentes, bem como propor novas políticas públicas para proteção do território, modo de vida, cultura e tradições dessa e de outras comunidades tradicionais que enfrentam ameaças semelhantes.

A partir dessas considerações, conclui-se que é necessário reavaliar a proposta da Resex Marinha de Itacaré para sua imediata implantação, com fins de compatibilizar o uso sustentável dos recursos aquáticos com a preservação da biodiversidade local. Esta unidade tem o propósito de garantir aos pescadores a proteção do seu modo de vida, seu território, sua cultura e tradições.

REFERÊNCIAS

ABDALLAH, P. R.; BACHA, C. J. C. Evolução da atividade pesqueira no Brasil: 1960-1994. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo - RS, v. 7, n. 13, p. 9-24, 1999.

ARAGÃO, J. A. N. Pesca de lagostas no Brasil: monitorar para ordenar. **Boletim Técnico Científico - CEPENE**, Tamandaré – PE, v. 19, n. 1, p. 103-106, 2013.

BARBOSA-FILHO, M. L. V. **A pesca de cações (chondrichthyes: elasmobranchii) pelos pescadores do sul da Bahia, Brasil: uma abordagem etnoictiológica**. 2013. 221f. Dissertação (Mestrado em Zoologia) Programa de Pós-graduação em Zoologia - Departamento de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus. 2013.

BISPO, S. M.; GODOY, A. S. Etnometodologia: uma proposta para pesquisa em estudos organizacionais. **Revista de Administração da UNIMEP**, Piracicaba – SP, v. 12, n. 2, p. 108-135, 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

_____. INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA nº 14, de 14 de outubro de 2004. Regulamentação da pesca de camarões nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia, Nordeste, Brasil.

_____. Lei nº 8.287 de 20 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso.

_____. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

_____. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988.

_____. Portaria IBAMA n.º 26 de 09 de novembro de 1988. Define o defeso para a pesca de arrasto dos camarões rosa (*Penaeus brasiliensis* e *P. aztecus*), verdadeiro (*P. schmitti*) e sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*).

_____. Portaria IBAMA n.º 49 de 13 de maio de 1992. Proíbe o exercício da pesca de robalo, robalo branco e camurim ou barriga mole (*Centropomus parallelus*, *Centropomus undecimalis*, *Centropomus spp*), no litoral águas interiores dos Estados do Espírito Santo e Bahia.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº. 13 de 2 de outubro de 2015. Dispõe sobre a proibição da pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do mero *Epinephelus itajara* em águas jurisdicionais brasileiras.

BURDA, C. L.; POLETTE, M.; SCHIAVETTI, A. Análise da cadeia causal para a criação de unidade de conservação: reserva extrativista marinha de Itacaré (BA) – Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, Lisboa - Portugal, v. 7, n. 1, p. 57-67, 2007.

CAVALCANTI, J. A. S.; WANDERLEY, B. E. B. Os pescadores e as pescadoras artesanais em tempos de COVID-19. **PEGADA-a Revista Da Geografia Do Trabalho**, Presidente Prudente – SP, v. 21, n. 2, p. 493-510, 2020.

CEPSUL/IBAMA. 1997. **Atratores artificiais para pesca**. Itajaí -SC, 7p.

CHIAPETTI, R. J. N. **Na beleza do lugar, o rio das contas indo... Ao mar**. 2009. 215f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia – Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Rio Claro. 2009.

COUTO, P. A. B. Porto de Trás: etnicidade, turismo e patrimonialização. *Revista Passos. Espanha*. v. 9, n.3, p. 19-30, 2011.

DÂMASO, R. C. S. C. **Etnoecologia dos pescadores de Itacaré, Bahia, Brasil**. 2006. 93f. Dissertação (Mestrado em Zoologia) - Programa de Pós-Graduação em Zoologia -Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus, 2006.

DE BOEF, W. S.; THIJSSSEN, M. H. **Ferramentas participativas no trabalho com cultivos, variedades e sementes**. Um guia para profissionais que trabalham com abordagens participativas no manejo da agrobiodiversidade, no melhoramento de cultivos e no desenvolvimento do setor de sementes. Wageningen: Centre for Development Innovation, 2007.

DIAS, M. H. A inserção econômica dos aldeamentos jesuíticos a capitania de Ilhéus. In: Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau. 1. ed. Ilhéus-BA: **Editus - Editora da UESC**. v. 1, n. 1, cap. 5, p. 183- 232, 2007.

DIEGUES, A. C. S. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesca**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

FÉLIX-SILVA, A. V.; OLIVEIRA, M. M. S.; BEZERRA, L. L. S. Cartografia da luta e resistência de uma comunidade de pesca artesanal. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro - RJ, v. 44, n. especial 2, p. 303-315, 2020

FERREIRA, V. M.; JANKOWSKY, M.; NORDI, N. História e mudanças do sistema alimentar de pescadores: Uma comunidade no litoral de São Paulo, Brasil. **Revista Interciência**, Catanduva - SP, v. 34, n. 10, p. 696-702, 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável. No contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza*. Organizações das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura, Roma. 34 p. 2017.

FRAGA, A. P. C., DIOGO, H. R. L., SILVA, A. P., DAPPER, C. G. Monitoramento participativo da atividade pesqueira na área de influência dos blocos BM-CAL-04 e BAS-97, no litoral baixo-sul da Bahia. In: Rio Oil & Gas Expo and Conference, 1., 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: IBP, 2008. p. 1-8.

GEILFUS, F. 80 Herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. **IICA** Sede Central, San José – Costa Rica, 2002.

GUTIERRE, S. M. M. **Ferramentas fisiológicas para avaliação do potencial invasor de peixes dulcícolas**. 2011. 73f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação - Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

ICMBIO. **Atlas dos Manguezais do Brasil**. Brasília: MMA: Ministério do Meio Ambiente, ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018.

IVO, C. T. C.; FONTELES-FILHO, A. A.; SILVA, A. C.; VIEIRA, R. H. S. F. **Cadeia produtiva da lagosta nas regiões Norte e Nordeste do Brasil**. Fortaleza: RDS Gráfica e Editora, 2013.

LIMA, J. H. M.; LIN, F. C.; MENEZES, A. A. S. As pescarias brasileiras de bonito-listrado com vara e isca-viva, no Sudeste e Sul do Brasil, no período de 1980 a 1998. **Boletim Técnico Científico do CEPENE**, Tamandaré – PE, v. 8, n. 1, p. 7-99, 2000.

LIMA, J. R.; MAGALHÃES, A. R. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. **Parcerias Estratégicas**, Brasília – DF, v. 23, n. 46, p. 191-212, 2018.

MARINHO, L. M. **Mudanças climáticas e impactos locais em costas semiáridas: percepção socioambiental sobre um estuário com manguezais**. 2019. 53f. Dissertação (Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Marinhas Tropicais - Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2019.

MELIANI, P. F. **Análise geomorfológica das bacias dos rios Jeribucaçu e Burundanga, Itacaré, Bahia: mapeamento em escala 1: 25.000**. 2003. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina. 2003.

MELIANI, P. F. De porto cacauero a destino turístico: Transição funcional e permanência do espaço derivado de Itacaré, município da região cacauera da Bahia. **Geografia**, Rio Claro - SP, v. 31, n. 3, p. 555-569, 2006.

MELIANI, P. F. Contradições da produção do turismo em pequenas cidades baianas: um estudo sobre a recente urbanização de Itacaré, litoral sul da Bahia. *In*: Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 4., 2014, Barreiras – BA, **Anais [...]** Barreiras – BA: Edições UESB, 2014. p. 1-15.

OLIVEIRA, E. S. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré – Bahia. **Revista Interações**, Campo Grande – MS, v. 8, n. 2, p. 193-202, 2007.

OLIVEIRA, E. S. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré – Bahia**. 2008. 153f. Dissertação (mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC / Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2008.

OLIVEIRA, O. M. B. A.; SILVA, V. L. O processo de industrialização do setor pesqueiro e a desestruturação da pesca artesanal no Brasil a partir do código de pesca de 1967. **Revista Sequência**, Florianópolis - SC, v. 33, n. 65, p. 329-357, 2012.

PASQUOTTO, V. F. **Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social**. 2005. 163f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PENA, P. G. L.; NORTHCROSS, A. L.; LIMA, M. A. G. D.; RÉGO, R. D. C. F. Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro – RJ, v. 36, n. 2, p. 1-6, 2020.

PINTO-FILHO, J. L. O.; NOBRE, S. B.; MARIANO-NETO, M. O perfil socioeconômico e a percepção ambiental dos pescadores da Lagoa do Apodi, Rio Grande do Norte, Brasil. **Revista Interações**, Campo Grande - MS, v. 21, n. 4, p. 721-737, 2020.

RAMALHO, C. W. N. Cultura de ofício marítima pesqueira. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro - RJ v. 11, n. 1, p. 913-943, 2021.

RAMALHO, C. W. N.; ANTUNES, G. M. Povos da pesca artesanal sob as marcas do desastre do petróleo. **Revista RURIS**, Campinas - SP, v. 15, n. 1, p. 203-226, 2023.

RAMALHO, C. W. N.; SANTOS, A. S. O cotidiano das comunidades pesqueiras entre o petróleo e o novo coronavírus. In: Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil: Relatório 2021. 2. ed. Olinda, PE: **Conselho Pastoral dos Pescadores**, cap. 10, p. 224-230, 2021.

SANTOS, M. C. F. Ordenamento da pesca de camarões no nordeste do Brasil. **Boletim Técnico Científico do CEPENE**, Tamandaré – PE, v. 18, n. 1, p. 91-94, 2010.

SILVA, L. G. S. **Caíçaras e jangadeiros: Cultura marítima e modernização no Brasil**. São Paulo: CEMAR - Centro de Culturas Marítimas/USP, 1993.

SILVA, L. G. S. História e meio ambiente: a pequena pesca marítima no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba - PR, n. 10, v. 11, pp. 219-231, 1998

SILVA, E. F. D.; OLIVEIRA, J. E. L.; SCHIAVETTI, A. Conhecimento Ecológico Local (CEL) na pesca artesanal da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão RN, Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo – SP, v. 40, n. 3, p.355-375, 2014.

SILVINO, A. S. C.; HAZIN, F. H. V. O ordenamento pesqueiro brasileiro, competência e instrumentos de gestão. In: Ciências do mar: dos oceanos do mundo ao nordeste do Brasil. 1. ed. Recife - PE: **Via Design Publicações**, v. 2, n. 1, cap. 11, p. 290-321, 2021.

SNIS. Sistema Nacional de Informações em Saneamento. Painel de Regionalização dos Serviços de Saneamento Básico no Brasil. Disponível em: < <http://appsnis.mdr.gov.br/regionalizacao/web/>> Acesso em: 11/02/2024.

TERNOSKI, S.; COSTA, Z. F.; MENON, R. A. **A pesquisa quantitativa e qualitativa nas ciências sociais aplicadas**. Paraná: Editora Atena, 2022.

TORRES, R. B.; GIANNELLA, L. de C. Políticas públicas e conflitos socioambientais: problematizando o Seguro-Defeso da pesca artesanal. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís - MA, v. 24, n.1, p. 17089, 2020.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático DRP**. Brasília: MDA/ Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

WAGNER, G. P.; SILVA, L. A. A pesca e o pescador: por uma haliêutica historicizada. **Oficina do historiador**, Porto Alegre - RS, v. 13, n. 1, p. 1-6, 2020.

WEIGAND JR., R.; LOPES, R. Reserva extrativista de Itacaré: diagnóstico socioeconômico e ambiental da área proposta e das comunidades extrativistas beneficiárias. Itacaré: Grupo de Trabalho pela Criação da Reserva Extrativista de Itacaré. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz. 142p. 2001.

WEILGART, L. Fauna marinha afetada pela pesquisa sísmica. In: Protocolo sobre diagnóstico dos efeitos da pesquisa sísmica em mamíferos aquáticos. 1. ed. Brasília - DF: **ICMBio**, v. 1, n. 1, cap. 2, p. 32-42, 2020.